

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.

EMENTA: Projeto de lei Ordinária nº 070/2025 – Processo nº 620/2025 - Protocolo nº: 1.278/2025 - DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE E O ESTABELECIMENTO DE PRAZO MÁXIMO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS E INÍCIO DE TRATAMENTO PARA CÂNCER DE MAMA, CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E OUTRAS NEOPLASIAS MALIGNAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei de nº 70/2025 foi apresentado à Câmara Municipal de Marilândia/ES, pelos vereadores Davi Loredó Felipe e Vergílio Marcos Furlan Camata, em que: DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE E O ESTABELECIMENTO DE PRAZO MÁXIMO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS E INÍCIO DE TRATAMENTO PARA CÂNCER DE MAMA, CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E OUTRAS NEOPLASIAS MALIGNAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA.

Em ao PLO os autores argumentam que o Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Marilândia/ES, como objetivo assegurar, a prioridade e a fixação de prazos máximos para a realização de exames diagnósticos e para o início do tratamento de pacientes com suspeita ou confirmação de câncer de mama, de colo de útero e outras neoplasias malignas, no Sistema Único de Saúde (SUS). A proposição fundamenta-se nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, que consagram o direito à saúde como direito social fundamental e impõem ao Estado o dever de garantir políticas públicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Em complemento, o art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, especialmente nas matérias de saúde pública e atendimento direto à população. A Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) também reconhece a responsabilidade municipal na execução e regulamentação de ações e serviços públicos de saúde, integrando o SUS de forma descentralizada e regionalizada. O projeto está em plena harmonia com a Lei Federal nº 12.732/2012, que determina o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para o início do tratamento de pacientes com neoplasia maligna. No entanto, a referida lei não disciplina o prazo para a fase diagnóstica, lacuna que este projeto busca suprir no âmbito local, de forma a garantir a efetividade do tratamento e o aumento das chances de cura. Diversos estudos e dados epidemiológicos demonstram que o diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer de colo de útero eleva as chances de cura para até 90%, tornando imprescindível o fortalecimento de políticas municipais que assegurem celeridade na detecção e no encaminhamento das pacientes. No tocante à iniciativa legislativa, o presente projeto não apresenta vício, uma vez que não cria cargos, funções, órgãos ou aumento de despesas obrigatórias, tampouco interfere na organização administrativa do Poder Executivo. O texto limita-se a estabelecer diretrizes e metas de gestão pública, dentro da competência suplementar do Legislativo, cabendo ao Executivo a regulamentação e execução das medidas, conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa. Ademais, a





CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

proposição encontra amparo no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e no direito à vida (art. 5º, caput), valores fundamentais que orientam toda a atuação estatal, especialmente nas políticas voltadas à saúde da mulher e à prevenção do câncer. Portanto, trata-se de iniciativa legítima, constitucional e de relevante interesse público, que visa reforçar o compromisso do Município de Marilândia com a promoção da saúde e com a proteção da vida das mulheres, garantindo-lhes atendimento célere, digno e eficaz no âmbito do SUS.

É o sucinto relatório.

ANALISE

Por força do artigo 58, combinado com artigo 49, parte final do inciso I e III letras “a” “b” e “c” do artigo 55 do Regimento Interno desta Casa de Leis, o PLO nº 070/2025, para análise.

No tocante quanto a competência, verificamos ter amparo legal e constitucional previsto no artigo 30 Lei Orgânica.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

Sob o aspecto de interesse local, como previsto na Carta Maior acima transcrito, não é demais reforçar nosso entendimento, de que a estrutura federativa brasileira, Estados e Municípios, também dispõem de autonomia basilares para disporem sobre assuntos de interesse local, artigo 28º, inciso I da Constituição Federal do Estado do Espírito Santo e artigo 8º da Lei Orgânica do município de Marilândia/ES. In verbis:

Art. 28º. Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

Art. 8º - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

Quanto a iniciativa da matéria ora em análise, este tem amparo legal artigo 41 da Lei Orgânica Municipal e ainda artigo 172 do Regimento Interno.

Art. 41 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 172. A iniciativa dos projetos de leis cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal;

Sob os aspectos assinalados acima, fica claramente demonstrado que o município tem competência para legislar em matéria interna. Desta forma não há o que se discutir.

Ainda aos princípios constitucionais a matéria se fundamenta no artigo 6º e artigo 196 da Constituição Federal, os quais consagram o **direito à saúde como direito social fundamental e impõem ao Estado** o dever de garantir políticas públicas que visem à redução





CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, **a saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (destaque nosso)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Desta forma, o Projeto de Lei municipal encontra fundamental na legislação federal vigente e busca apenas reforçar, no âmbito local, o cumprimento efetivo dessa norma, sem usurpar competência da união, Estado ou do Município.

Portanto, a matéria é constitucional, legal e de interesse público, além, de observar os princípios da administração pública prevista no artigo 37 da Constituição federal, especialmente os da eficiência e da moralidade.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, **moralidade**, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (destaque nosso)

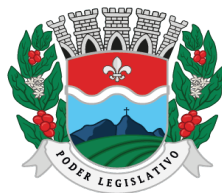
CONCLUSÃO

Em face ao exposto, as documentações anexas a matéria, denotamos estar apta em ser apreciada, e, passar ao crivo do Plenário, para no mérito votar pela **APROVAÇÃO** do PLO nº 070/2025 em que DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE E O ESTABELECIMENTO DE PRAZO MÁXIMO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS E INÍCIO DE TRATAMENTO PARA CÂNCER DE MAMA, CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E OUTRAS NEOPLASIAS MALIGNAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA.

Sala das Comissões em 04 de novembro de 2025.

Ailton Nunes dos Anjos
Presidente - Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO
PARECER FINAL DA COMISSÃO

A **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA (CFOTCFALO)** no dia 04 de novembro de 2025 a comissão se reuniu ordinariamente, para deliberar Projeto de Lei Ordinária nº 070/2025 em que: DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE E O ESTABELECIMENTO DE PRAZO MÁXIMO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS E INÍCIO DE TRATAMENTO PARA CANCÊR DE MAMA, CANCÊR DE COLO DE ÚTERO E OUTRAS NEOPLASIAS MALIGNAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA, lido na 28ª sessão ordinária do dia 03 de novembro de 2025.

Após emissão do relatório, a Comissão passou a deliberar sobre a matéria, ficando decidido pela maioria acompanhar o voto do relator pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Ordinária nº 070/2025**. Eu Vergílio Marcos Furlan Camata, Secretariei a reunião, que após lida e discutida a matéria, lavrei o presente Parecer Final.

Sala das Comissões em 04 de novembro de 2025.

Vergílio Marcos Furlan Camata
Secretário

Davi Loredó Felipe
Vice Presidente

Ailton Nunes dos Anjos
Presidente - Relator



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 37003800330030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **DAVI LOREDO FELIPE** em **04/11/2025 16:03**

Checksum: **CC8773CFDC0FB04C3A7C869FBF8B483125087ADEEC4EB174A94B16F7BA9E0606**

Assinado eletronicamente por **VERGÍLIO MARCOS FURLAN CAMATA** em **04/11/2025 16:52**

Checksum: **1E23CAEEFCC885CE7E4603DCDEEA90D761604BCCEAEA15424525F67AC5BF33D8**

Assinado eletronicamente por **AILTON NUNES DOS ANJOS** em **04/11/2025 20:21**

Checksum: **90370B709A2A1864BFBD83410A35300B0CD4466BDBAAF32E1D4436CCF8BB45D8**



Autenticar documento em <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 37003800330030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.